Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE

doi.org/10.51891/rease.v12i10.30344

PRESENÇA INTRA E INTERDISCIPLINAR DE MARCADORES SOCIAIS NAS MATRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE PSICOLOGIA DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO BRASIL: POR UMA FORMAÇÃO INTERSECCIONAL

INTRA AND INTERDISCIPLINARY PRESENCE OF SOCIAL MARKERS IN THE CURRICULA OF PSYCHOLOGY PROGRAMS AT PUBLIC UNIVERSITIES IN BRAZIL: TOWARD AN INTERSECTIONAL EDUCATION

PRESENCIA INTRA E INTERDISCIPLINARIA DE MARCADORES SOCIALES EN LAS MATRICES CURRICULARES DE LOS CURSOS DE PSICOLOGÍA DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS EN BRASIL: HACIA UNA FORMACIÓN INTERSECCIONAL

Renata Meira Véras[1]
Mônica Lima de Jesus[2]
Igor Felipe Benatti[3]
Maricelly Gómez Vargas[4]
Vitória Batista Calmon de Passos[5]

RESUMO: Este artigo discute a necessidade de transformação das matrizes curriculares dos cursos de Psicologia em universidades públicas brasileiras, com ênfase na incorporação de marcadores sociais como gênero, raça e classe. Foram analisadas 74 matrizes curriculares e 3.221 ementas, a partir de um universo de 99 matrizes identificadas em 66 instituições. Os dados foram organizados com auxílio do software IRAMUTEQ, por meio da Classificação Hierárquica Descendente. Identificaram-se três classes principais, agrupadas em duas categorias: (1) interdisciplinar, com destaque para contribuições da antropologia e sociologia nas discussões sobre cultura, sociedade e questões étnico-raciais; e (2) intradisciplinar, especialmente nas áreas de Psicologia Social e Psicologia Educacional/Escolar, com enfoque em temas como direitos humanos, violências e políticas públicas. Os resultados indicam que apenas 7% das ementas contemplam conteúdos relacionados a marcadores sociais, evidenciando uma formação ainda incipiente no que se refere a abordagens antirracistas e perspectivas feministas. Conclui-se que há necessidade de revisão dos projetos político-pedagógicos, visando à inclusão da interseccionalidade como eixo estruturante na formação em Psicologia.

Palavras-chave: formação em psicologia. Gênero. Raça. universidade.

[1] Docente do Programa de Pós Graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade e do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).
[2] Docente do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).
[3] Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).
[4] Docente do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).
[5] Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Esta pesquisa foi desenvolvida com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

ABSTRACT: This article discusses the need to transform the curricula of Psychology programs at Brazilian public universities, emphasizing the incorporation of social markers such as gender, race, and class. We analyzed 74 curricula and 3,221 course syllabi, from a universe of 99 curricula identified across 66 institutions. Data were organized using IRAMUTEQ software through Descending Hierarchical Classification. Three classes were identified and grouped into two categories: (1) interdisciplinary, highlighting contributions from Anthropology and Sociology to discussions on culture, society, and ethnic-racial issues; and (2) intradisciplinary, particularly in Social Psychology and Educational/School Psychology, focusing on human rights, violence, and public policies. The results indicate that only 7% of the syllabi address content related to social markers, revealing an incipient approach to anti-racist perspectives and feminist perspectives in Psychology education. It is concluded that curricula and pedagogical projects need to be revised to incorporate intersectionality as a structuring axis of Psychology education.

Keywords: psychology education. Gender. Race. university.

RESUMEN: Este artículo discute la necesidad de transformar las matrices curriculares de los cursos de Psicología en universidades públicas brasileñas, con énfasis en la incorporación de marcadores sociales como género, raza y clase. Se analizaron 74 matrices curriculares y 3.221 programas de asignaturas, de un universo de 99 matrices identificadas en 66 instituciones. Los datos fueron organizados con el apoyo del software IRAMUTEQ, mediante la Clasificación Jerárquica Descendente. Se identificaron tres clases, agrupadas en dos categorías: (1) interdisciplinaria, destacando las contribuciones de la Antropología y la Sociología a las discusiones sobre cultura, sociedad y cuestiones étnico-raciales; y (2) intradisciplinaria, especialmente en las áreas de Psicología Social y Psicología Educativa/Escolar, con énfasis en derechos humanos, violencias y políticas públicas. Los resultados indican que solo el 7% de los programas de asignaturas contempla contenidos relacionados con marcadores sociales, evidenciando una formación aún incipiente en enfoques antirracistas y perspectivas feministas. Se concluye que es necesario revisar los proyectos político-pedagógicos, incorporando la interseccionalidad como eje estructurante de la formación en Psicología.

Palabras clave: formación en psicología. Género. Raza. universidad.

INTRODUÇÃO

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, no Brasil (DCN-Psi), recentemente homologadas (Conselho Nacional de Educação, 2023) os marcadores sociais ainda não alcançaram um lugar de destaque necessário como as manifestações racistas, misóginas, classistas no nosso país. Há duas menções mais explícitas, em dois artigos diferentes. O primeiro, no âmbito da definição de competências do núcleo comum (Art. 8º/§ 5º), em que se lê: "b) respeitar as diversidades de gênero, sociocultural, étnico-racial, religiosa e outras". O segundo, no âmbito da formação de professores/as de Psicologia, (Art. 25/inciso VII), onde se lê:

> VII - Identificar questões e problemas socioculturais, educacionais e outros com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, de portadores de deficiências e necessidades especiais, entre outras.

Embora não tenhamos optado pela análise documental de tais materiais normativos, após leituras atentas sobre as entrelinhas nas DCN-Psi, esperava-se que ela fosse mais explicitamente afetada pelas críticas sobre a fragilidade de uma formação em psicologia distanciada da compreensão sobre os processos psicológicos com a incidência de tais marcadores sociais. A escolha do verbo "respeitar" (Art. 8º/§ 5º), como acepção na língua portuguesa, de "consideração, atenção, deferência, estima pelo que o outro é e pela sua existência", serve como lembrete, mas ainda é insuficiente na sua operacionalização. Primeiro, é destacado no núcleo comum e não nas ênfases curriculares/estágios, ou melhor, como um compromisso geral da psicologia como ciência e profissão. Segundo, embora muito mais adequadamente formulado como norma (Art. 25/inciso VII), restringe-se à Licenciatura em Psicologia, que não é obrigatória, e sim opcional no projeto político-pedagógico. Esta última aponta o cumprimento de normativas da educação no Brasil, muito bem formuladas, e apresentadas no referido documento, no Art. 24/VII, onde se lê:

> VII - História da África e História Indígena, conforme disposto nas Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e nº 11.645, de 10 de março de 2008, para ampliação dos conhecimentos relativos à história e à cultura brasileira e ao enfrentamento do racismo e do preconceito.

A questão que não pode ser calada é: por que a Psicologia, como ciência e profissão, não se compromete mais radicalmente com o princípio fundante de enfrentamento dos efeitos da divisão desigual de poder? Por que ela precisa de outra lei superior para se comprometer de modo mais explícito com a presença da compreensão e dos efeitos dos marcadores sociais da diferença? Quais estratégias próprias da psicologia têm sido empregadas para a superação desse déficit histórico? No âmbito da presente pesquisa, buscamos operacionalizar algumas das questões amplas mencionadas, com a seguinte pergunta: como os marcadores sociais, especialmente raça, gênero e classe social, se expressam nas matrizes curriculares, considerando as ementas dos componentes curriculares que as compõem, em universidades públicas brasileiras?

A criação do CREPOP, em 2006, núcleo de pesquisa voltado à promoção da qualificação dos/as psicólogos/as dedicados/as às políticas públicas e à elaboração de referências técnicas para atuação em muitos âmbitos de trabalho, foi um marco fundamental para qualquer processo de mudança por meio de normativas e diretrizes profissionais. Embora represente uma mudança

significativa na direção do que denominamos compromisso social da psicologia, o CREPOP alcançou oficialmente a responsabilidade pela elaboração de referências técnicas para psicólogas que atuam nas políticas públicas apenas em 2022, após mais de uma década de implantação, como historizam Guareschi e Guedes (2024). Nesse contexto, restam ainda muitas insatisfações quanto ao modo como os/as psicólogos/as desempenham suas atividades em espaços como unidades básicas de saúde, hospitais, dispositivos de assistência social, comunidades, dentre outros (Rudá; Patiño; Silva, 2024).

Que pesem as potencialidades, dificuldades, contradições e reações contrárias a tal transição, temos como hipótese que a psicologia tem se aproximado das camadas sociais mais populares e da população negra, com a implementação de ações afirmativas que garantem o acesso e a permanência de discentes e docentes, considerando a produção subjetiva em estreita ligação com as múltiplas determinações desencadeadas pelas estruturas de poder e dominação entre classes, grupos étnico-identitários e gênero.

Apostamos em análises que buscam vestígios das ações históricas para fazê-las resistir a intempéries que ameaçam o processo político democrático brasileiro, que resvala em vários âmbitos e contextos, incluindo a formação, atuação e produção de conhecimento da nossa categoria profissional, apostando no compromisso social da psicologia, como sinalizam Bock *et al.* (2022), expondo uma reflexão recente sobre esse importante processo de conquistas e desafios:

> A ampliação e o reconhecimento social da Psicologia são metas que se tornaram históricas para a ciência e para a profissão. A capacidade da psicologia de se colocar na sociedade brasileira e contribuir, com seu conhecimento e suas práticas, para a transformação das condições de vida; para a garantia da democracia; para o fim do racismo e da desigualdade social; e para a resistência aos instrumentos e formas de dominação são algumas das tarefas que o projeto do compromisso social desenvolve pelas mãos de um enorme conjunto de profissionais que constitui, hoje, a psicologia brasileira (Bock et al., 2022, p. 10).

Neste artigo, buscamos depreender como isso se expressa nas matrizes curriculares no cômputo da presença/ausência de marcadores sociais. Buscamos mapear alguns marcadores sociais para operacionalizar a pesquisa, mas adotamos uma perspectiva interseccional como categoria analítica. De maneira geral, a interseccionalidade diz respeito à compreensão de que as diferentes formas de opressão que caracterizam as sociedades contemporâneas não atuam de forma isolada, mas interagem e mutuamente se constroem, conformando desigualdades sociais complexas (Collins, 2015; Collins; Bilge, 2021). Kimberlé Crenshaw (2002) utiliza o termo para destacar o encontro dos diferentes eixos de poder que, compreendidos como avenidas, moldam

os contextos sociais, econômicos e políticos que permitem que as dinâmicas de opressão aconteçam.

À luz disso, a interseccionalidade funciona como uma ferramenta analítica para pensar a sobreposição estrutural dos sistemas de opressão que engendram avenidas identitárias nas quais mulheres negras são atingidas reiteradas vezes. Neste sentido, reconhecemos e compreendemos o imbricamento das distintas formas sociais de opressão e exclusão, respaldadas por estruturas de poder arraigadas (patriarcado, branquitude e afins), que marcam a complexa relação entre os marcadores sociais (Akotirene, 2019).

Este artigo está organizado em três momentos. No primeiro momento, detalhamos os procedimentos de produção e análise das informações em duas etapas complementares, na qual, na segunda, explicitamos o uso do software Iramuteq, que possibilitou a definição de duas categorias de análise, considerando as três classes criadas pelo software e analisadas em duas categorias: intradisciplinar e interdisciplinar. No segundo momento, de resultados e discussões, apresentamos os resultados obtidos com a classificação hierárquica descendente (CHD) e argumentamos sobre a presença e/ou ausência de marcadores de raça, gênero e classe social. Primeiro, explicitamos, partindo da constatação de que, das 66 universidades analisadas, identificamos marcadores sociais em 53 e nenhum em 13 delas.

Examinamos 3.221 ementas, das quais apenas 209 — o que equivale a cerca de 7% — se referiam aos marcadores sociais buscados. Ainda nessa seção, discutimos os conteúdos das 209 ementas selecionadas e submetidas à análise CHD, apresentando o dendrograma gerado pelo Iramuteq, argumentando sobre seus efeitos para a formação em psicologia. No terceiro momento, expomos as conclusões dos achados, que corroboram a hipótese da presença de quantidade inexpressiva de tais marcadores, a necessidade de mudança no cômputo dos projetos políticos pedagógicos, além de sinalizar os limites e desdobramentos do estudo.

PROCEDIMENTOS DE PRODUÇÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Trata-se de uma pesquisa documental, de caráter descritivo e de abordagem quanti-qualitativa. Utilizamos o software Iramuteq para a organização e análise do conteúdo das ementas das matrizes curriculares dos cursos de graduação em Psicologia de universidades públicas brasileiras. A coleta foi realizada no segundo semestre de 2025. Inicialmente, identificamos 68 instituições de ensino superior (IES) no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC). No segundo momento, buscamos nos

seus respectivos sites os projetos pedagógicos de curso (PPC) com vários desdobramentos e decisões explicitadas na seção seguinte. Excluímos duas IES da etapa subsequente por falta de localização dos PPC. Este universo resultou em 66 IES, onde identificamos 99 matrizes curriculares, considerando cada curso como unidade de análise específica, mesmo sendo da mesma IES, e modalidades distintas como formação e/ou licenciatura em Psicologia. No entanto, esse material foi avaliado na sua disponibilidade de acesso e a qualidade em apresentar as informações necessárias para cumprir com o objetivo da pesquisa. Nas seções seguintes detalharemos esse processo que resultou na amostra de 74 matrizes curriculares.

LEVANTAMENTO E SELEÇÃO DAS MATRIZES CURRICULARES E DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

Para cada curso/campus, foram consultados os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) ou documentos equivalentes, bem como os respectivos ementários. Para a composição do corpus, consideramos apenas as disciplinas de carga horária obrigatória (CHO), excluídas as optativas, estágios, trabalhos de conclusão de curso (TCC), atividades complementares e componentes de extensão, por considerarmos que a CHO expressa os conteúdos inegociáveis e que dão homogeneidade de acordo com as Diretrizes Nacionais Curriculares da formação em psicologia, no Brasil. A seleção dos documentos seguiu critérios previamente estabelecidos, a fim de priorizar os PPCs mais recentes disponíveis nos sites institucionais e compatíveis com as matrizes curriculares igualmente disponibilizadas pelas universidades. Quando o PPC/ementário não estava disponível ou apresentava incompatibilidade com a matriz curricular, foi realizado contato por e-mail com os respectivos colegiados de graduação, solicitando a documentação atualizada. Foi estabelecido um prazo de até 15 dias para o recebimento da resposta, e, nos casos em que não houve resposta, os cursos/matrizes curriculares foram excluídos deste estudo.

Das 99 matrizes inicialmente identificadas, 40 apresentaram divergências em relação aos PPCs/ementários disponíveis, seja em razão de desatualização documental, de informações divergentes ou de ausência de ementas, seja pela indisponibilidade ou pela não localização dos documentos nos sites institucionais. Foram, então, solicitados aos respectivos colegiados 40 PPCs/ementários. Desses, 15 universidades responderam de forma aderente às necessidades metodológicas da pesquisa; isto é, 25 cursos/matrizes foram excluídos por não atenderem aos

critérios de inclusão documental estabelecidos. Dessa forma, o corpus documental final consistiu em 74 matrizes curriculares.

LEVANTAMENTO E CATEGORIZAÇÃO DAS EMENTAS

Identificamos 3.221 ementas nas 74 matrizes curriculares. A seleção das ementas pertinentes aos objetivos da pesquisa foi orientada por um barema previamente elaborado para padronizar a leitura e a classificação dos conteúdos analisados em três fontes de informação: a) conteúdo textual explícito nas ementas, b) bibliografia obrigatória e c) bibliografia complementar. O barema buscou identificar conteúdos e suas articulações referentes a gênero, raça-etnia e sexualidade, bem como discussões sobre desigualdades, violências e interseccionalidade. Entre os conteúdos considerados, incluímos, por exemplo, conteúdos relacionados às teorias feministas e aos estudos de gênero, assim como, racismo e relações étnico-raciais, efeitos psicossociais do racismo e do machismo, violência contra mulher ou a pessoas pretas, indígenas ou população LGBT, também, pobreza, desigualdade socioeconômica e vulnerabilidade relacionada a esses marcadores investigados.Realizamos a leitura na íntegra dessas ementas.

Nesta direção, a seleção não se restringiu à ocorrência literal dos termos correspondentes aos marcadores aqui discutidos, mas também considerou conceitos, perspectivas teóricas, práticas profissionais e referências bibliográficas associadas. Vale salientar que a presença de autores/as de referência na bibliografia obrigatória ou complementar foi considerada um indicador adicional de pertinência quando relacionada às dimensões temáticas previstas no barema. Por fim, após a leitura com os aspectos já destacados identificamos 209 ementas aderentes aos objetivos do estudo, que constituíram o corpus textual submetido à análise lexical no software IRAMUTEQ.

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E REVISÃO DAS CLASSIFICAÇÕES

A categorização inicial das ementas foi realizada pelos pesquisadores/as responsáveis e orientandos/as de PIBIC, mestrado e doutorado, em caso de incoerência, a avaliação foi confirmada por revisão entre a equipe. Esse procedimento teve como finalidade ampliar a consistência da identificação das ementas e verificar a pertinência de sua inclusão no corpus de análise, especialmente nos casos em que os conteúdos apresentavam relações indiretas ou eram conceitualmente associados aos marcadores sociais investigados, mas não se usava diretamente

um dos termos. É importante mencionar que a revisão por pares ocorreu antes da constituição do corpus final submetido ao IRAMUTEQ, de modo que as 209 ementas analisadas pelo software corresponderam ao conjunto documental considerado aderente aos critérios estabelecidos no protocolo da pesquisa.

TRATAMENTO DO CORPUS E ANÁLISE PELO IRAMUTEQ

As 209 ementas foram organizadas em um corpus textual e submetidas ao software IRAMUTEQ, especialmente, com análise de classificação hierárquica descendente (CHD) (Camargo, Justo, 2013; Sousa, 2021). Trata-se de um software livre, baseado no princípio da ciência aberta; portanto, apresenta código-fonte aberto e está disponível para programadores/as do mundo todo colaborarem com seu desenvolvimento. O programa executa, essencialmente, análises estatísticas de dados textuais ou em formato de matrizes. A classificação hierárquica é uma "análise de agrupamento (clusters) em que os segmentos de texto de um corpus são sucessivamente particionados em função da ocorrência de formas lexicais" (Souza, 2021, p. 1551).

A segmentação das ementas em unidades menores de análise foi realizada automaticamente pelo próprio software. A CHD, que agrupa segmentos de texto com base em padrões de associação lexical, possibilitando a identificação de classes de conteúdo no corpus (Camargo; Justo, 2013; Souza, 2021), nesta pesquisa, resultou em três classes, posteriormente interpretadas qualitativamente com base nos termos, conteúdos e contextos formativos que as caracterizaram.

Nesse ínterim, foi utilizada a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que agrupa segmentos de texto com base em padrões de associação lexical, possibilitando a identificação de classes de conteúdo no corpus (Camargo; Justo, 2013; Souza, 2021). A CHD resultou em três classes, posteriormente interpretadas qualitativamente com base nos termos, conteúdos e contextos formativos que as caracterizaram.

CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS INTERDISCIPLINAR E INTRADISCIPLINAR

As categorias analíticas interdisciplinar e intradisciplinar foram definidas após a CHD, segundo a interpretação das três classes produzidas, considerando a proximidade com a psicologia, ou seja, áreas afins ou subáreas do campo principal de análise, respectivamente A classe 1, aqui denominada categoria interdisciplinar, é especialmente expressa pela presença de disciplinas como antropologia/sociologia e áreas afins à psicologia em discussões sobre cultura,

sociedade e a dimensão étnico-racial; e as classes 2 e 3, que conformam a categoria intradisciplinar, especificamente a subárea da psicologia social e/ou de áreas profissionais (por exemplo, psicologia escolar/educacional e da saúde). É importante ressaltar que a categoria intradisciplinar diz respeito a: a) aos estudos sobre temáticas em torno da noção de indivíduo-sociedade, em relação às violências, aos direitos humanos etc.; b) ao investimento reflexivo sobre os fazeres das psicólogas nas diversas políticas públicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro momento de análise, trabalhamos com 74 matrizes curriculares – o que corresponde a 75% dos currículos dos cursos de Psicologia das universidades públicas do país. Dessas 74 matrizes curriculares/cursos, encontramos em 58 delas, a presença de marcadores sociais (gênero, raça, classe); isto é, 78% das matrizes/cursos apresentaram, ao menos, uma disciplina com um dos conteúdos em questão. Entretanto, no que se refere à quantidade de disciplinas da amostra que apresentavam discussão no texto das ementas, esse número foi menor. Examinamos 3.221 ementas, das quais apenas 209 — o que equivale a cerca de 7% — se referiam aos marcadores sociais buscados.

A inexpressividade quantitativa da presença de marcadores sociais na formação em Psicologia em disciplinas obrigatórias, nas universidades públicas do Brasil, sugere uma herança tradicional de base norte-atlântica, branca e masculina, que é entendida como uma incipiente integração da interseccionalidade nos currículos de Psicologia no Brasil. Uma tradição que ainda se manifesta no Censo da Psicologia Brasileira, de 2022, segundo o qual os primeiros 15 autores/as considerados importantes para as 13.602 psicólogas respondentes são homens brancos, entre duas mulheres citadas, igualmente brancas e europeias. Os mais citados continuam sendo o Sigmund Freud (27,56%), Aaron Beck (14,27%) e Jacques Lacan (11,37%). Judith Beck e Melanie Klein configuram, respectivamente, 6,04% e 2,60%. Especialmente, mesmo seguindo o padrão nacional, no cenário baiano, Freud permanece no topo (24,94%), seguido pelos mesmos autores, à exceção da citação de Klein e da inclusão de Silvia Lane (1,88%) (Conselho Federal de Psicologia, 2022).

Dessa maneira, fica evidente o quanto a Psicologia brasileira ainda possui limitações para reconhecer ou valorizar a complexidade de experiências e a pluralidade de intersecções que moldam a subjetividade humana e constituem o sofrimento psicossocial no Brasil (Zanello *et al.*, 2015), que envolve a compreensão contextualizada dos marcadores sociais com autores/as

do Brasil e/ou latino-americanos. Como consequência, no Brasil, observamos a continuidade de uma formação em Psicologia marcada por limitações significativas no que diz respeito a uma perspectiva interseccional sobre as estruturas hierárquicas sociais e de poder — estruturas que impactam diretamente a saúde mental das pessoas, não só individualmente, mas também coletivamente, sobretudo a de mulheres negras e em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Por um lado, Rosa e Campos (2012) discutem as possíveis razões pelas quais esses impactos são mais intensos entre as mulheres negras, destacando a normatividade imposta pela masculinidade hegemônica, que também se manifesta no espaço universitário. De maneira complementar, Akotirene (2019) demarca o lugar da colonialidade na promoção dos racismos e sexismos institucionais que, sobrepostos, produzem discriminação e encargos específicos para as mulheres negras. Por outro lado, Montrone *et al.* (2020) e Benatti *et al.* (2022) evidenciam que o Brasil é atravessado por práticas e estruturas machistas, sexistas e misóginas, cuja lógica se reflete nas instituições de ensino superior, nas quais persistem padrões de dominação masculina, branca, cisgênera e heterossexual.

Tendo em vista a diversidade de matrizes curriculares destas universidades analisadas, consideramos a existência de variações quanto à apresentação, ou não, explícita, dos marcadores sociais nas disciplinas obrigatórias (Quadros 01 e 02).

Quadro 01: Instituições de ensino superior públicas sem identificação de marcadores sociais explícitos em suas matrizes curriculares de cursos de Psicologia no Brasil, em 2024.

SIGLA	INSTITUIÇÃO	ESFERA	CAMPUS	CURSO	GRADUAÇÃO
UFC	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	Pública Federal	Sobral	PSICOLOGIA	Bacharelado
UFCSPA	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE	Pública Federal		PSICOLOGIA	Bacharelado
UFES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	Pública Estadual	Volta Redonda	PSICOLOGIA	Bacharelado
UFJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ	Pública Federal		PSICOLOGIA	Bacharelado
UFJF	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	Pública Federal		PSICOLOGIA	Bacharelado
UFPE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	Pública Federal		PSICOLOGIA	Bacharelado

UFPEL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	Pública Federal		PSICOLOGIA	Bacharelado
UFRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	Pública Federal		PSICOLOGIA	Bacharelado
UFRN	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Pública Federal	Natal	PSICOLOGIA	Bacharelado
UFRR	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	Pública Federal		PSICOLOGIA	Bacharelado
UFS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	Pública Federal		PSICOLOGIA	Licenciatura
UFSCAR	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	Pública Federal		PSICOLOGIA	Bacharelado
UNEB	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	Pública Estadual	Ênfase Educação	PSICOLOGIA	Bacharelado
UNEB	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	Pública Estadual	Ênfase Saúde	PSICOLOGIA	Bacharelado

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Assim, em 13 universidades, não encontramos nenhuma disciplina que abordasse esses marcadores sociais. Por outro lado, podemos sinalizar alguns cursos de universidades públicas de diferentes regiões do Brasil, que apresentam em suas matrizes curriculares mais de cinco disciplinas com conteúdo acerca de tais marcadores sociais (Quadro 02):

Quadro 02: Instituições de ensino superior públicas com mais de cinco disciplinas que abordam marcadores sociais em suas matrizes curriculares de cursos de Psicologia no Brasil.

SIGLA	INSTITUIÇÃO	ESFERA	CAMPUS	CURSO	GRADUAÇÃO
UEFS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	Pública Estadual		PSICOLOGIA	Bacharelado
UESPI	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ	Pública Estadual		PSICOLOGIA	Bacharelado
UEMG	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	Pública Estadual	Divinópolis	PSICOLOGIA	Bacharelado
UEM	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	Pública Estadual		PSICOLOGIA	Bacharelado
UFRGS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Pública Federal	Habilitação de Psicólogo	PSICOLOGIA	Bacharelado
UFRGS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Pública Federal	Formação de Psicólogo	PSICOLOGIA	Licenciatura
UNESP	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	Pública Estadual	Assis	PSICOLOGIA	Bacharelado

UFAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	Pública Federal		PSICOLOGIA	Bacharelado
UFC	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	Pública Federal	Fortaleza	PSICOLOGIA	Bacharelado
UFSM	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	Pública Federal		PSICOLOGIA	Bacharelado

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Das 66 universidades analisadas, identificamos marcadores sociais em 53 e nenhum em 13 delas, correspondendo aos percentuais de 80,3% e 19,7%, respectivamente. Isso corresponde ao percentual de 24% das universidades públicas com curso de psicologia, no Brasil, que possuem em suas matrizes curriculares, ao menos uma disciplina obrigatória com os referidos conteúdos.

Todavia, em nove das 53 universidades selecionadas, encontramos mais de cinco ementas. Vale o destaque às universidades estaduais de Feira de Santana (UEFS), do Piauí (UESPI) e de Minas Gerais (UEMG) - que possuem mais de 10 disciplinas obrigatórias com conteúdo que apresenta debates sobre as construções subjetivas do gênero como uma categoria de análise, sugerindo que pode haver fomento de teorias feministas/antirracistas em intersecção com outros marcadores sociais como raça, sexualidades e classe social (Quadro 02).

No segundo momento da análise, os conteúdos das 209 ementas selecionadas foram submetidos à análise de classificação hierárquica descendente (CHD) no Iramuteq. No processamento, o software contabilizou 207 textos unívocos no corpus textual, e o relatório gerado indicou que foram criados 209 segmentos de texto (ST) a partir deles. Duas ementas do corpus original não foram reconhecidas como textos independentes devido ao seu pequeno volume textual (cerca de 2 linhas) e foram aglutinadas às demais na leitura realizada pelo Iramuteq. Dos 209 ST gerados, o aproveitamento na CHD foi de 81,64%, dado que a fidedignidade dos achados é válida, conforme descrito nos manuais, segundo Brigido Camargo e Ana Justo (2013) e Maria Salviati (2017).

Na análise, foram contabilizadas 11.005 ocorrências (palavras, vocábulos e formas), das quais 1.526 corresponderam a palavras diferentes e 630 a palavras com frequência única. No dendrograma gerado pelo Iramuteq, notamos que a classificação resultou em três classes terminais: Classe 1, com 82 ST (48,52%); Classe 2, com 26 ST (15,38%); e Classe 3, com 61 ST (36,09%) (Figura 02). O percentual de cada classe reflete a sua representatividade no conjunto de textos analisados. A criação de três classes demonstra que na análise ocorreram somente duas partições: a primeira, que dividiu o corpus em dois blocos distintos e originou a classe 3 (ênfase

interdisciplinar); e a segunda, que separou as classes 1 e 2 (ênfase interdisciplinar). A origem comum destas últimas indica maior proximidade temática entre si.

Figura 02 - Dendrograma de classificação hierárquica descendente das ementas, em relação à presença de marcadores sociais, em matrizes curriculares de cursos de psicologia de universidades públicas no Brasil, em 2024.



Fonte: Elaboração própria, 2026.

A classe 3, à esquerda da imagem, é representada pela cor azul, foi a mais distinta das demais, por isso, foi a primeira a se separar (Figura 02). No conjunto de textos que compuseram esta classe, foi possível observar que ela aborda disciplinas introdutórias do curso de Psicologia, mas que são fundamentais para a construção de um referencial teórico amplo. Os temas predominantes foram conceitos básicos de antropologia, sociologia (por exemplo, cultura), bem como discussões sobre diversidade, alteridade, etnocentrismo e relativismo cultural. Além disso, abordagens teóricas sobre funções sociais, meio ambiente, trabalho, modernidade e globalização.

Essa classe categorizamos como interdisciplinar, especialmente, expressa pela necessária presença de áreas afins à psicologia com contribuições fundamentais sobre cultura, sociedade e a dimensão étnico-racial etc. Segundo Antônio Chaves (2000), se pretendemos analisar o processo de subjetivação individual em um contexto cultural circunscrito, produzido nas relações sociais, precisamos reconhecer a intercomplementaridade dos conhecimentos da Sociologia, da Antropologia e da Psicologia. No entanto, nos últimos anos, temos assistido a

uma diminuição da presença das ciências sociais e humanas nas matrizes curriculares, de modo geral, no Brasil.

Dito de modo mais detalhado, observamos que, em meio a tais temáticas, alguns enfoques se deram nas discussões acerca de cultura e identidade, aspectos aplicados ao contexto dos povos indígenas e quilombolas e, ainda, menções à diversidade étnico-racial e sexual, embora estas últimas de maneira menos explícita. Dessa forma, a atuação da psicologia nas universidades da região Norte do país, ao reconhecer e abordar as realidades e vivências das comunidades indígenas e quilombolas, pode sinalizar uma preocupação interseccional e sensível às especificidades culturais da região. Como exemplo, destacamos as universidades federais de Rondonópolis (UFR) e de Rondônia (UNIR), no norte do Brasil.

Nessas instituições, disciplinas pertencentes aos campos da Sociologia, Antropologia e mesmo algumas das perspectivas da Psicologia Social, buscam compreender as questões socioculturais contemporâneas, com ênfase na história e na cultura afro-brasileira e indígena. Cabe ressaltar o que José Lopes (2002) sinaliza ao articular as ciências sociais à Psicologia Social. Ele destaca que o conceito de identidade, caro a ambos os campos, pelo seu caráter interdisciplinar, quando assentado numa perspectiva metodológica não reducionista, pode superar os parâmetros ainda rígidos que demarcam fronteiras entre eles.

Ainda em relação à dimensão interdisciplinar na análise das ementas, observamos o acréscimo de componentes curriculares alinhados aos marcadores sociais, o que demonstra um compromisso com a formação crítica e contextualizada de futuros/as profissionais da Psicologia. É o caso da presença de disciplinas como Gênero, diversidade, relações étnico-raciais e direitos humanos (Ementa 01) das universidades federais de Rondonópolis (UFR) e Psicologia e diversidade Humana II (Ementa 02), de Mato Grosso do Sul (UFMS, campus Corumbá), respectivamente:

> Ementa 01: Direitos humanos, diversidade social, sexual e étnico-racial no contexto dos processos educativos. A construção sócio-histórica do corpo, da sexualidade e das relações de gênero. A contribuição dos estudos de gênero. Gênero no currículo e na organização do trabalho pedagógico: o sexismo na linguagem, nos livros e nas práticas socioeducativas. Os conceitos de raça, racismo e etnicidade. Discussão acerca de documentos oficiais vigentes: Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos; Lei no11. 645/2008; Resolução CNE/CP no 1, de 17/06/2004; Resolução CNE/CP no 1, de 30/05/2012; Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.
>
> Ementa 02: A sociedade frente à constituição da diferença e da diversidade. Ideologia e diversidade: eugenia na ciência, nas políticas públicas sociais, na educação e saúde. Estudo das desigualdades étnico-raciais e de gênero, diversidade sexual, diversidade cultural e exclusão social. Estigma. Preconceito e discriminação no contexto escolar, institucional e social. Direitos Humanos e diversidade. Educação ambiental.

As classes 01 e 02 introduzem mudanças nas ementas, que categorizamos como intradisciplinares, pois expressam a incidência dos marcadores sociais nas ementas de subcampos da psicologia. Nesta direção, cabe ressaltar que a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) — nos campi de Campo Grande (UFMT) e de Corumbá e Paranaíba (UFMS), respectivamente — também expressam preocupação em avançar na formação de profissionais de Psicologia capazes de atuar de forma eficaz, ética e respeitosa junto às comunidades locais. Essa formação é orientada por uma perspectiva que anuncia uma postura mais interseccional, com ênfase em debates sobre relações étnico-raciais, de gênero, diversidade e desigualdades sociais. Destacamos, ainda, que essas instituições ampliam essas discussões para o campo da saúde, como exemplificado pelas disciplinas Psicologia e Saúde (Ementa 03) da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e Psicologia e Saúde (Ementa 04) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS - campus Paranaíba), respectivamente:

> Ementa 03: Constituição do campo da Psicologia da Saúde: diversidade teórico-metodológica. Aspectos psicossociais do processo saúde-doença atravessados por questões de raça, gênero e classe social. Representações culturais de saúde e doença. Fundamentos e abordagens psicológicas de promoção, prevenção, reabilitação e políticas públicas em saúde. A inserção dos psicólogos em instituições de saúde. Atendimento ambulatorial e o trabalho em equipe multiprofissional.
>
> Ementa 04: O Sistema Único de Saúde (SUS). Saúde Pública e Saúde Coletiva. Diferentes níveis de atenção à saúde. Principais políticas, programas e redes de atenção à saúde. Saúde mental. Direitos humanos, vulnerabilidades e interseccionalidades. Meio ambiente e psicologia das emergências e desastres. Temas em psicologia da saúde.

Na classe 1, de cor vermelha, por sua vez, evidenciou-se a presença de temáticas articulando os marcadores sociais de raça, gênero e classe à prática profissional em psicologia, sobretudo nos contextos educativos e sociais (Figura 02). Este conjunto refletiu a existência, nos currículos, de disciplinas que se dispõem a promover sensibilidade crítica, voltadas principalmente à formação ética e política dos/as estudantes, abordando as desigualdades de forma aplicada e contextualizada.

Destacamos, ainda, na classe 1, disciplinas de Psicologia escolar/educacional e comunitária, e as abordagens dadas por elas às discussões acerca dos marcadores sociais no contexto institucional. Temas como a atuação da/o psicóloga/o frente à medicalização da educação, o bullying, a violência e o fracasso escolar foram comuns. Além disso, propostas de reflexão sobre a necessidade de inclusão de populações vulnerabilizadas e sobre o enfoque em políticas públicas e direitos humanos estavam presentes. Com base nessa análise, identificamos,

no campo da Psicologia Escolar/Educação, a presença de marcadores sociais em 13 das 66 universidades analisadas, resultado que será aprofundado em artigo específico. Já em relação às ementas das 209, identificamos os referidos marcadores em 16 delas, o que representa aproximadamente 7% das ementas analisadas. Destacamos a Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e a Universidade Estadual Paulista (UNESP) Campus Bauru que possuem em suas matrizes curriculares mais de uma disciplina no campo da Psicologia da Educação, tendo como exemplos as ementas 05 Psicologia Escolar e Educacional (UESPI) e 06 Psicologia Escolar I (UNESP - Bauru) respectivamente:

> Ementa 05: Contextualização histórica, origens e desenvolvimento da Psicologia Escolar. Objeto e campo de estudo. Formação, identidade e prática profissional. Papéis e funções do psicólogo nos contextos educativos, questões conceituais e éticas. Articulação entre os campos de atuação profissional do psicólogo escolar e os desafios educacionais contemporâneos. O psicólogo escolar em ações institucionais e interdisciplinares. Psicologia escolar e os processos de prevenção e promoção da saúde em contextos e modalidades diversificados de ensino. Atuação crítica e compromisso com as demandas sociais. Formação de professores, educadores e gestores. Psicologia Escolar e políticas públicas. Papel de questões sociais no ambiente escolar e educacional, os indígenas, os quilombolas, os negros, gênero, sexualidade, classes sociais e ambiental.
>
> Ementa 06: Articulação entre os fundamentos teórico e prático da Psicologia Escolar e os fundamentos teóricos e filosóficos da educação escolar, em uma perspectiva histórico-cultural. A realidade social e educacional brasileira e o panorama das políticas públicas de educação no Brasil. Processo histórico de inserção da Psicologia na Educação e a produção do fracasso escolar. Contribuições da Psicologia Escolar em uma perspectiva crítica na direção de um efetivo cumprimento da função social da escola. Principais tendências atuais do pensamento crítico em Psicologia Escolar. A compreensão da atividade de estudo como essencial à atuação da psicologia escolar em uma perspectiva crítica. Temas contemporâneos em Psicologia Escolar, relações raciais na escola, relações de gênero na educação escolar, violência, bullying e indisciplina, medicalização e patologização da educação.

Apesar de ambos os exemplos indicarem uma formação voltada ao respeito à diversidade e à atuação crítica da/o psicóloga/o no contexto escolar, os resultados desta pesquisa revelam que ainda são escassas as propostas efetivas que enfrentam, de fato, as desigualdades de gênero, raça e classe social na Psicologia Escolar e Educacional, como será discutido com profundidade em artigo específico.

Em relação à classe 2, representada pela cor verde à direita da figura, verificamos um enfoque voltado às relações étnico-raciais e às epistemologias críticas (Figura 02). O diferencial desse agrupamento está sobretudo no fato de as ementas que o compuseram não só reconhecerem a existência do racismo e da desigualdade social, como também proporem intervenções psicológicas críticas e posicionamentos epistemológicos engajados nessas temáticas.

Destacamos a classe 2 como representante de um núcleo mais avançado e transformador da formação em psicologia, ao trazer discussões robustas acerca dos conceitos de raça e subjetividade. Alguns dos temas predominantes foram racismo, preconceito racial, branquitude e negritude, o que ressalta o debate sobre a produção da subjetividade racializada. Além destas, há também discussões sobre relações étnico-raciais, com enfoque na atuação crítica da psicologia frente à colonialidade e ao racismo estrutural e tópicos relativos às ações afirmativas, movimentos sociais e os efeitos psicossociais do racismo na saúde mental das populações negras e indígenas. A apresentação de conceitos como branqueamento, identidade racial e interseccionalidade também foi registrada na análise com referenciais epistemológicos afrocentrados e decoloniais.

Como exemplo dessa categoria selecionamos Psicologia e Relações Étnico-raciais (ementa 07) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Processos Psicossociais nas Relações Étnico-Raciais (ementa 08) da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG - campus Ituiutaba) e Psicologia das Relações Étnico-Raciais (ementa 09) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), cada uma com mais de cinco CC aderentes aos marcadores sociais, exemplificados respectivamente:

> Ementa 07: História das ciências psicológicas sobre relações étnico-raciais. Conceitos básicos: raça, etnia, preconceito, discriminação e racismo. Identificação e classificação racial. Aprendizagem e letramento étnico-racial. Epistemologias afrocentradas e decoloniais. Políticas públicas de promoção da igualdade racial, ações afirmativas e movimentos sociais. Efeitos psicossociais do racismo. Saúde mental da população negra e indígena. Atravessamento da categoria raça na metodologia de pesquisa e atuação em Psicologia. Atuação profissional em relação ao preconceito e à discriminação racial. Contribuições da Psicologia para a promoção da igualdade étnico-racial.
>
> Ementa 08: Conceitos de etnia, raça, racialização e branquitude. Processos de exclusão da população negra e indígena no Brasil – criminalização e segregação. Saúde Mental e relações étnico-raciais. Estudos da psicologia brasileira sobre as relações étnico-raciais. Interseccionalidade, raça, classe e gênero. Expressões do racismo e seus efeitos psicossociais –preconceito, discriminação e humilhação social.
>
> Ementa 09: Psicologia para as relações étnico-raciais. Conceitos de etnocentrismo, raça, etnia e mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Identidade e Relações Raciais (Negritude e Branquitude). Branquitude e Colonialidade. Psicologia, decolonialidade e Compromisso social ético e político. Os efeitos psicossociais do racismo. O processo saúde-doença e as questões étnico-raciais. O processo saúde-doença e os povos indígenas. Articulação entre escuta clínica racializada e interseccionalizada e movimentos sociais. Atuação da psicologia na promoção de direitos numa sociedade pluriétnica. Políticas de Ações Afirmativas e Discriminação Positiva.

Já na esfera federal, há um destaque para a disciplina Relações Étnico-Raciais e Psicologia (ementa 10) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS):

> Ementa 10: Estudo das relações étnico-raciais e seus efeitos nos modos de vida das pessoas. Analisa os impactos do racismo na população brasileira, considerando os conceitos de branquitude, branqueamento, produção de privilégios, injúria racial e as práticas profissionais neste contexto. Discute os movimentos negros e indígenas e suas conquistas jurídicas no Brasil. Articula atividades de produção de conhecimento e extensão em prática dialógica com movimentos sociais e comunidades.

Tais exemplos expressam a transformação (ainda em passos lentos) dos saberes em psicologia construídos por visões eurocêntricas, brancas e elitistas, tendo como pressuposto a universalização dos processos subjetivos, comportamentais, desenvolvimentais, psicossociais etc. A formação em Psicologia precisa acolher saberes afrocentrados, indígenas e quilombolas para que, de fato, possam cuidar da saúde mental considerando a diversidade da população brasileira.

O Censo Demográfico de 2022 demonstra que os pardos se tornaram o maior grupo populacional do Brasil (45,3%), superando os brancos (43,5%) pela primeira vez desde 1991, com 92,1 milhões de pessoas se autodeclarando pardas. A população preta cresceu em 10,2%, indicando um aumento no reconhecimento racial, enquanto brancos (-3,1%) e amarelos (-59,2%) reduziram (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, 2023). A discussão de raça e subjetividades nas matrizes curriculares de psicologia é fundamental e necessária para que essas profissionais possam reconhecer os privilégios da branquitude, auxiliar no combate às desigualdades e praticar uma escuta sensivelmente comprometida com as pessoas que foram e ainda são acometidas pelo racismo, sexismo e misoginia, que tanto adoece quanto agrava o sofrimento psíquico.

Para Frantz Fanon (2008), o racismo, além de marcar a pele preta, acomete as emoções, os desejos e a identidade, então, libertar-se do colonialismo possibilita reconhecer a cultura e história ancestrais como algo legítimo, digno e poderoso da sua negritude, bem como reconstruir uma subjetividade livre de violências. Nessa mesma direção, Sueli Carneiro (2003) reforça que o sofrimento psíquico de pessoas negras não pode ser compreendido sem a consideração do racismo estrutural que tem como potencial efeito o apagamento das experiências de pessoas pretas, sobretudo da mulher negra que é duplamente marginalizada por ser negra e por ser mulher.

Cabe ressaltar que, nos últimos anos, houve uma crítica interna à própria Psicologia, em relação às suas respostas enquanto ciência e profissão submetidas ao modo de produção capitalista, em face da regulação do comportamento, da subjetividade e dos modos de subjetivação. Em decorrência disso, houve uma abertura à metamorfose dessa relação funcional

à manutenção do status quo e à dominação de classe. No entanto, na concepção de Filipe Boechat (2017), ela se expressa por meio de posturas ideológicas grandiloquentes e conciliatórias, ineficazes no que tange à emancipação das pessoas e dos grupos sujeitos à exploração do trabalho e marginalizados.

No que diz respeito à formação, estudos como os de Mônica Beato e João Ferreira Leite (2016), apontam que a mera inserção nos currículos de conteúdos relacionados às políticas públicas, aqui tomada como ação suficiente sob a ótica dessa ideologia transmutada, não levaria a mudanças significativas nas práticas executadas pelos futuros/as profissionais, na medida em que não produziria uma compreensão consistente dos vários atravessamentos de ordem social na produção subjetiva. Noutras palavras, entendemos que o pensamento crítico em psicologia estaria atrelado à crítica ao modo de produção capitalista e às estruturas de dominação de classe, raça e gênero, dentre outras. Conforme afirmam Pedro Costa e Kíssila Mendes (2022), em um recente ensaio sobre a crítica da psicologia, em suas próprias palavras:

> É necessária uma análise totalizante, que tome a psicologia no contexto em que ela se faz psicologia, o Modo de Produção Capitalista (MPC), em seu presente estágio de desenvolvimento na particularidade brasileira, de um capitalismo dependente, de gênese colonial-escravocrata, profundamente desigual, racista, machista, misógino, dentre outras características marcantes que remetem às suas estruturas exploratório-opressivas e condição periférica (Costa; Mendes, 2022, p. 2).

Nesta direção, ainda é necessário não desistir de adotar estratégias que promovam uma mudança efetiva nos modos de produzir conhecimento e fomentem a atuação da psicóloga nos próprios projetos político-pedagógicos, sensíveis a essa análise crítica. Na esteira de tal argumentação, Caio Rudá, Rafael Patiño e Gabriela Silva (2024) sugerem o fortalecimento do ensino do eixo de fundamentos epistemológicos e históricos da psicologia, numa perspectiva de contestação de uma história linear e imparcial do conhecimento psicológico, o que leva ao desenvolvimento do raciocínio crítico, da capacidade de integração de dados psicológicos, da competência de resolução de problemas e da sensibilidade ético-política. Nesta direção, Ricardo Castro (2025) analisa uma experiência de ensino da história da Psicologia, nas disciplinas como Psicologia, Ciência e Profissão/Fundamentos Epistemológicos da Psicologia, que nos levam a apostar em uma mudança radical de contá-la sob uma perspectiva feminista decolonial. Sendo assim, construir matrizes curriculares que contemplem os marcadores sociais de gênero, raça, classe social e outros é abrir espaço para o cuidado da saúde mental por meio da prática profissional e da produção de conhecimento em psicologia de maneira plural, abraçando as diferentes e complexas realidades do povo brasileiro. Afinal, o sofrimento tem cor, gênero e

endereço, então, se o currículo em Psicologia não forma profissionais capazes de ler as estruturas de poder e as marcas deixadas pelo racismo, o machismo, a LGBTfobia e a pobreza, entre outros marcadores, contribui para a negligência com as dores que são tanto individuais como coletivas e, especificamente, políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresenta um diagnóstico de algumas propostas exitosas em universidades que consideram importante a inserção de marcadores sociais na formação em psicologia, contribuindo para uma formação sensível e crítica, consoante a realidade brasileira. Os resultados desta pesquisa sugerem uma formação incipientemente antirracista, distante de perspectivas feministas e devedora de conteúdos que problematizem e orientem fazeres mais pertinentes à desigualdade social brasileira, no que tange ao documento oficial intitulado "projeto político-pedagógico dos cursos de psicologia em universidades públicas".

Algumas universidades conseguem contemplar os marcadores sociais em suas matrizes curriculares. Em geral, essas discussões acontecem: a) na área da Ciências Humanas e b) em disciplinas da Psicologia, especialmente as subáreas da Psicologia Social e Educacional/Escolar com subdivisões: (2.1) voltada a temáticas que articulam indivíduo, sociedade, violências e direitos humanos; e (2.2) voltada à reflexão sobre atuação de psicólogas em políticas públicas. Ressaltamos a importância das áreas de Sociologia, Antropologia e História para o estudo dos fenômenos psicológicos, já que os conhecimentos das Ciências Humanas são fundamentais para circunscrever a manifestação individual da subjetividade e/ou do comportamento em contextos concretos.

Nossa hipótese, é que se trata de um cenário complexo de muitas disputas epistêmicas, teóricas e metodológicas, que culminam em reducionismos na compreensão das subjetividades em situações concretas de existência e práticas descontextualizadas, que incidem negativamente na formação desde a graduação, mas que se estende pelas pós-graduações em psicologia. Trata-se da força histórica de discursos racistas, machistas, misóginos, homofóbicos etc. que começam a ser tensionados muito recentemente, por novas práticas discursivas em decorrência de políticas de ações afirmativas para o ingresso de discentes e docentes, pertencentes a grupos marginalizados na sociedade brasileira, que possam qualificar criticamente o debate entre a produção clássica da psicologia e as incidências contemporâneas com contribuições de novos/as autores/as, especialmente, negros/as e indígenas.

Neste singular, apontamos o desinvestimento intencional e nefasto dos campos das humanidades nas matrizes curriculares, como fenômeno nacional educativo, reflexo da redução da oferta de disciplinas dessa natureza no curso de psicologia, visando a uma formação mais tecnicista. Concepções como estas foram priorizadas em governos passados, que não valorizam a área das Ciências Humanas. Igualmente, é importante que a própria psicologia se aproprie cada vez mais dessa discussão, contemplando a diversidade e o caráter subjetivo dos desafios da sociedade brasileira desigual, submetida aos discursos produzidos em regiões muito distantes da sua. Sendo assim, destacamos a necessidade de reformas em projetos político-pedagógicos que incluam, em suas matrizes curriculares, os marcadores sociais e adotem a interseccionalidade na formação em psicologia como categoria analítica e não como meras variáveis independentes, que classificam pessoas e grupos, mas que não explicitam histórica e criticamente seus efeitos.

Por fim, a limitação do estudo é não ter poder de relacionar a presença/ausência da sinalização direta de tais marcadores sociais com a qualidade do ensino propriamente dito para a formação em psicologia, já que não conseguiu captar que autores/autoras antirracistas, não misóginos e não classistas etc. respaldam as discussões críticas sobre o "fenômeno psicológico". Para tanto, é preciso novas pesquisas que possam definir parâmetros consistentes que indiquem o "currículo oculto" que as/os docentes, principalmente negros/as, indígenas e brancos/as aliados/as, estão incluindo no dia a dia do ensino superior.

AGRADECIMENTOS E FINANCIAMENTO

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro à realização desta pesquisa. Número do processo:407485/2023-6.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE C. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019; 152 p.

BEATO MSF, LEITE-FERREIRA NETO J. Formação em Psicologia em uma universidade pública e suas repercussões nas competências do trabalho em políticas públicas. Psicologia em Revista, 2016; 22(2): 516-536.

BENATTI IF, *et al*. Violência contra a mulher: uma revisão bibliográfica no contexto universitário. Diversidade e Educação, 2022; 10(2): 144-159.

BOCK AMB, *et al*. O compromisso social da psicologia e a possibilidade de uma profissão abrangente. Psicologia: Ciência e Profissão, 2022; 42(spe): e262989.

BOECHAT F. A psicologia brasileira nos ciclos democrático-nacional e democrático-popular. Psicologia: Ciência e Profissão, 2017; 37(spe): 57-70.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

CAMARGO BV, JUSTO AM. Tutorial para uso do software IRAMUTEQ. 2013; s/p.

CARNEIRO S. Mulheres em movimento. Estudos Avançados, 2003; 17(49): 117-133.

CASTRO R. Rumo a uma epistemologia e história feminista decolonial para a Psicologia. Memorandum: Memória e História em Psicologia, 2025; 42: 1-27.

CHAVES AM. O fenômeno psicológico como objeto de estudo transdisciplinar. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2000; 13(1): 159-165.

COLLINS PH. Intersectionality's definitional dilemmas. Annual Review of Sociology, 2015; 41: 1-20.

COLLINS PH, BILGE S. Interseccionalidade. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021; 288 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Censo da Psicologia Brasileira 2022. São Paulo: Conselho Federal de Psicologia, 2022; 272 p.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de outubro de 2023. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2023; 10 p.

COSTA P, MENDES K. Psicologia, 60 anos, e a crítica da crítica. Psicologia: Ciência e Profissão, 2022; 42(spe): 12 p..

CRENSHAW K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, 2002; 10(1): 171-188.

FANON F. Pele negra, máscaras brancas. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008; 194 p.

GUARESCHI NMF, GUEDES C. CREPOP: políticas públicas, direitos humanos e compromisso social da psicologia. Psicologia: Ciência e Profissão, 2024; 44(spe1): 13 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama do Censo 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023; s/p.

LOPES JSM. Os caminhos da identidade nas ciências sociais e suas metamorfoses na Psicologia Social. Psicologia & Sociedade, 2002; 14(1): 7-27.

MONTRONE AVG, *et al*. Violência de gênero numa universidade pública brasileira: saindo da invisibilidade. Gênero, 2020; 21(1): 6-13.

ROSA LCS, CAMPOS RTO. Etnia e gênero como variáveis sombra na saúde mental. Saúde em Debate, 2012; 36(95): 648-656.

RUDÁ A, PATIÑO R, SILVA G. O papel dos fundamentos epistemológicos e históricos para a formação do psicólogo atuante em políticas sociais. Memorandum: Memória e História em Psicologia, 2024; 41: e41907.

SALVIATI ME. Manual do aplicativo IRAMUTEQ (versão 0.7 Alpha 2 e R versão 3.2.3). 2017; 15 p.

SOUSA YSO. O uso do software IRAMUTEQ: fundamentos de lexicometria para pesquisas qualitativas. Estudos e Pesquisas em Psicologia, 2021; 21(4): 1541-1560.

ZANELLO V, *et al*. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. Fractal: Revista de Psicologia, 2015; 27(3): 9 p.